

Estoque de credibilidade acabou, diz Parente

Para ministro de Orçamento e Gestão, governo não tem mais margem de erro em relação às metas de ajuste

NÉLIA MARQUEZ
e ARIOSTO TEIXEIRA

BRASÍLIA - O ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, diz que o bom resultado conseguido nas contas do setor público no primeiro trimestre deve ser comemorado como uma evidência de que o governo demonstra firmeza e determinação em suas metas fiscais, mas sem motivos suficientes para justificar uma onda de otimismo. Segundo Parente, o superávit de R\$ 7 bilhões, acima da meta acertada com o Fundo Monetário Internacional

(FMI), não oferece, como muitos podem imaginar, espaço para que o setor público aumente seus gastos, mesmo em áreas socialmente relevantes como as da saúde e da educação.

Há menos de um mês no cargo a que chegou depois de uma longa trajetória como funcionário da área econômica do governo federal, e de ter exercido, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, Parente recebeu a difícil tarefa de consolidar nas três esferas da administração pública do País a noção de que o bom governo é aquele que não gasta mais do que é capaz de arrecadar. Nesse caso, o ministro é otimista. Ele acredita que a percepção de que os governos precisam viver dentro

de seus limites financeiros "já está madura na sociedade e está amadurecendo na federação". Mas em relação ao programa de ajuste fiscal lançado a partir do empréstimo concedido ao Brasil pelo FMI, ele avverte: "Não há mais margem para erro, a não ser cumprir as metas fiscais, porque simplesmente acabou o nosso estoque de credibilidade nesse assunto."

Com os governadores que defendem a suspensão do pagamento de suas dívidas para com a União para usar o dinheiro em investimentos Parente é implacável, qualificando a atitude como "malandragem e

oportunismo".

Ele avisa que não há outro caminho para recuperar a capacidade de investir senão o ajuste fiscal, como fizeram vários Estados, atualmente em condições financeiras mais favoráveis. Os resultados numéricos do primeiro trimestre do governo central ficaram expressivamente acima da meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), chegando a R\$ 7 bilhões. O ministro reconhece que esse superávit foi, em parte, obtido com receitas episódicas, como a mudança na forma de pagamento do funcionalismo público e recaídas extraordinárias, como pagamentos de impostos à Receita que estavam sendo questionados judicialmente.

"O secretário Everardo Maciel conseguiu um acordo mediante o qual contribuintes desistiram das ações judiciais", disse. "Isso provoca um efeito no estoque, mas cria um efeito também no fluxo porque os contribuintes voltaram a pagar", argumenta.

Ele observa que o aumento de arrecadação decorrente do pagamento de impostos atrasados ocorreu em fevereiro. Em março, porém, a arrecadação ficou acima da prevista e em abril as informações preliminares são de que segue bem a arrecadação. Com tais argumentos, o ministro avalia que se as receitas fossem de efeito "de uma vez para sempre", ele poderia concordar que haveria uma certa fragilidade. Mas como a meta foi mais do que superada, significa que o governo não gastou as receitas adicionais, guardando-as para superar as metas de resultado.

Para o ministro, no médio e longo prazo, a primeira coisa que precisa ficar clara é uma visão determinada no governo de que não há mais margem de erro. Não tem mais estoque de credibilidade para gastar com o não cumprimento da meta. Ele refuta as críticas de que há um excesso de otimismo por parte do governo. O que acontece, em sua opinião, é que os sinais que estão aparecendo na economia são todos positivos, todos na direção correta. Ele relaciona exemplos desses sinais, como inflação abaixo do nível previsto, recuperação da confiança no cenário internacional na forma de retorno dos fluxos. A colocação de títulos externos que permitiu a captação de cerca de US\$ 3 bilhões, ocorrida há poucos dias, é uma demonstração desse desempenho.

"Os cenários são positivos, os sinais são muito melhores que o mais irresponsável otimista poderia imaginar, são positivos também porque estamos cumprindo o programa fiscal", afirmou. "Se nós não estivéssemos cumprindo o programa fiscal, não teríamos tido a recuperação da confiança."

Toda a euforia com os sinais positivos pode ainda ser frustrada se a Justiça derrubar a recentemente criada contribuição previdenciária dos funcionários públicos inativos, em fase de contestação. Parente não acredita, no entanto, num desfecho negativo para o governo, que vem preparando cuidadosamente os instrumentos para enfrentar a contestação.

Ele evita falar de receitas alternativas, para o caso de a contribuição dos inativos ser derrubada. "Não estamos abrindo qualquer discussão sobre medida de substituição porque nós achamos que vamos ganhar na Justiça", diz.

A principal medida de reforma no programa fiscal, segundo o ministro, é a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) cujo resultado vai começar em junho. A expectativa do governo é chegar em 30 de junho com superávit fiscal acima do previsto, e já entrar com a CPMF a partir daí. Assim, ele avalia, as chances de cumprimento da meta de superávit primário de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano são muito grandes.

Estas chances são crescentes por conta da disposição política do governo em cumprir a meta. Não há ninguém no governo, segundo o ministro, que discorde

de que a necessidade de chegar a esse resultado é fundamental para a retomada do crescimento do País.

Mesmo com a tensão causada pelas investigações parlamentares em curso no Congresso (as Comissões Parlamentares de Inquérito do Sistema Financeiro e do Judiciário), Parente confia na possibilidade de aprovar medidas econômicas importantes, mesmo admitindo algum atraso nos trabalhos. Na Comissão de Assuntos Econômicos e na de Constituição e Justiça do Senado, a aprovação de duas medidas que avançam na reforma administrativa, projetos de lei que já tinham sido aprovados na Câmara, estão em regime de urgência prontos para ir ao plenário.

Refutando a ideia de que o Legislativo está paralisado pelo envolvimento com as duas CPIs, Parente lembra que na sexta-feira foi formada a comissão que examinará a Lei de Responsabilidade Fiscal, com a indicação do relator, deputado Pedro Novaes, do PMDB. A reforma tributária também está andando, diz.

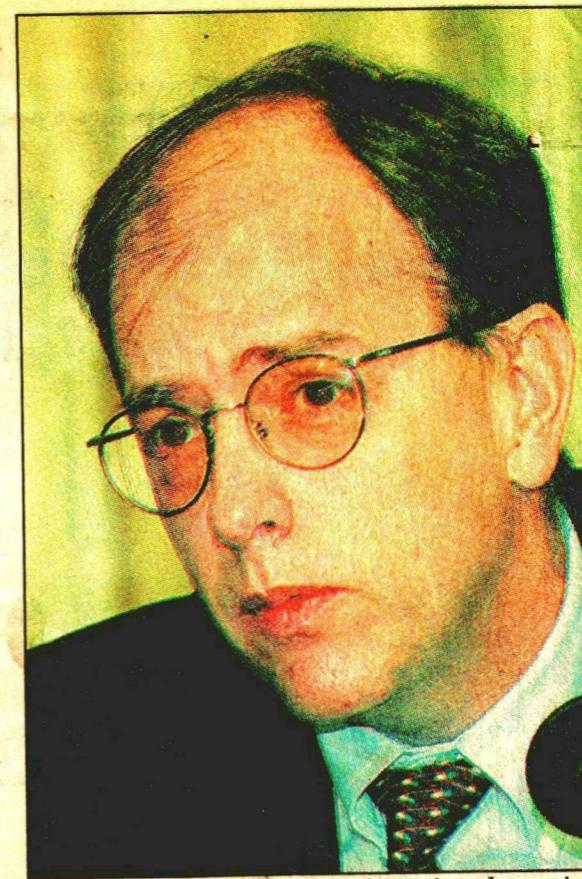
Em relação à sua possível convocação para depor na CPI do Sistema Financeiro, o ministro se apressa a dizer que não há nenhum problema em seu comparecimento, embora não acredite que possa contribuir para as investigações desenvolvidas pelos senadores.

"Acho que sob o ponto de vista de encontrar problemas de improbidade e desonestade eu não teria nada a contribuir", disse. "Já declarei que não sabia e não conheço nenhum fato que levasse a indícios de que essas coisas teriam acontecido por parte do professor Francisco Lopes ou de qualquer pessoa no Banco Central."

Ele nega que esteja havendo, em alguns setores do governo, como o Ministério dos Transportes, resistência aos cortes orçamentários determinados, de R\$ 3,8 bilhões. O que prevalece, lembra o ministro, é o decreto e não tem havido nenhuma reclamação. Há disposição para discutir cortes, desde que o ajuste fiscal não seja comprometido. "É fato que, dada à necessidade de preservar os gastos sociais, tivemos de cortar mais em outras áreas."

O ministro acredita que a ideia de que o Estado só deva gastar dentro dos seus limites de receita está madura na sociedade e está amadurecendo na federação. Há Estados mais avançados, que aproveitaram a inflação baixa para ajustar com maior rapidez, principalmente no que diz respeito aos gastos com pessoal. Os que adiaram o ajuste enfrentam agora enormes dificuldades, segundo o ministro.

Ele adianta que posições assumidas por alguns governadores, como o do Rio Grande do Sul, em defesa de gastos com saúde e segurança pública, em detrimento do pagamento de dívidas, estão equivocadas. "Se persistirem nisso, vão dar com os burros n'água", afirma. (Agência Estado)



Parente: expectativa de superávit acima do previsto

PARA
MINISTRO, SINAIS
DA ECONOMIA
SÃO POSITIVOS

NÃO HÁ
RESISTÊNCIAS
AOS CORTES NO
ORÇAMENTO